



P.M. ALIANÇA-TO  
Fls N° 011

ESTADO DO TOCANTINS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS  
ADM. 2017/2020

---

**MINUTA**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**CONVITE N. 001/2018/FMAS**

**Contratação de prestação de serviços técnicos em Assessoria e Consultoria com concentração em Contabilidade Pública visando a elaboração e processamento de peças contábeis referente ao exercício financeiro de 2018, inerentes ao FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;**

**JANEIRO DE 2018**



P.M. ALIANÇA-TO  
Fls N° 012

ESTADO DO TOCANTINS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS  
ADM. 2017/2020

### EDITAL DE PUBLICAÇÃO - CAPA

Processo Administrativo 2018/CPL/CC 001/2018/ DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS		NÚMERO: 001/2018/FMAS
LICITAÇÃO MODALIDADE: CONVITE		
Repartição: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS Tipo: Menor Preço Global. Regimento: Lei Federal 8.666/93 e alterações.		
DA LICITAÇÃO		
A presente Licitação na modalidade de Convite, tipo menor preço global, é regida por este documento e pela Lei 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores;		
DATA DO CONVITE	ENTREGA PROPOSTAS	HORÁRIO
03/01/2018	16/01/2018	16:00hs
LOCAL DE RETIRADA DE EDITAL, BEM COMO, RECEBIMENTO DO ENVELOPE E ABERTURA DAS PROPOSTAS		
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS		
1 – OBJETO		
Contratação de prestação de serviços técnicos em Assessoria e Consultoria com concentração em Contabilidade Pública visando a elaboração e processamento de peças contábeis referente ao exercício financeiro de 2018, inerentes ao FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.		

1 - DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO



P.M. ALIANÇA-TO  
Fls Nº 310

ESTADO DO TOCANTINS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS  
ADM. 2017/2020

---

- a) detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Procedimento - CONVITE;
- b) atendam os requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste edital; e
- c) comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos;

**1.2- Não poderão concorrer neste Procedimento:**

- a) empresas que estejam em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação;
- b) consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- c) empresas estrangeiras que não funcionem no país;
- d) empresas que tenham sido suspensas do direito de licitar ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública.
- e) Empresas e pessoas físicas impedidas por Lei.

**1.3 – DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

**1.3.1 – PESSOA JURÍDICA**

**I - Documentação relativa à habilitação Jurídica que, consiste em:**

- a) Registro comercial em caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (com as devidas alterações, se houver), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, em caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

**II - Documentação relativa à regularidade fiscal da sede da Empresa, que consistirá em:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- b) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Proponente, constituída de:
  - 1. Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
  - 2. Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, podendo ser apresentada de forma Conjunta com a elencada no item 1;
  - 3. Certidão negativa de débitos com a Fazenda Estadual e com a Fazenda Municipal.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, constituída de:
  - Certidão de Regularidade de Débitos do FGTS;
- d) Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho, constituída de:



P.M. ALIANÇA-TO  
Fis Nº 014

ESTADO DO TOCANTINS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS  
ADM. 2017/2020

---

- Certidão de Regularidade de Débitos do FGTS;
- e) Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho, constituída de:
  - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

### 1.3.2 – PESSOA FÍSICA

- a) Certidão de Regularidade junto ao Cadastro de Pessoa Física;
- b) Comprovante de Inscrição junto ao Conselho Regional de Contabilidade;
- c) Comprovante de endereço atualizado; (Considera como atualizados os comprovantes com data de expedição de até 90 dias). O respectivo documento poderá ser substituído por declaração devidamente assinada;
- d) Curriculum Vitae;

1.3.2.1 O envelope nº 1(um), documentação de habilitação, deverá conter uma via dos documentos indicados no item 1.3 (1.3.1) para pessoa jurídica e (1.3.2) para pessoa física, e ainda:

- a. Declaração da PROPONENTE, de que não pesa contra si inidoneidade, expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; Anexo II.
- b. Declaração da PROPONENTE, de que assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados; Anexo III.
- c. Declaração superveniente de fato impeditivo Anexo IV.
- d. Declaração ARTIGO 7º CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INCISO XXXIII Anexo V.

*OBS. Os demais documentos serão dispensados conforme permissivo no Art. 32, p. 1º da Lei n. 8.666/93.*

1.3.2.2 *Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original acompanhados de cópia simples a ser autenticada pela CPL, ou mediante cópia autenticada por cartório competente. Essa exigência poderá ser superada por declaração de autenticidade de cópias de documentos conforme modelo em anexo.*

1.6 – Caso a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, a CPL considerará o(a) proponente inabilitado(a).

## 2 – DA APRESENTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

2.1 – Os interessados poderão apresentar no momento da sessão de julgamento os envelopes, pessoalmente ou mediante procurador, ou ainda protocolar os respectivos envelopes junto à Comissão de Licitação.

2.2 – Caso o interessado apresente os envelopes no dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste edital, mediante representante legal, o mesmo deverá apresentar cópia de documento próprio de identificação com foto acompanhado de Instrumento Público de



P.M. ALIANÇA-TO  
Fls N° 015

ESTADO DO TOCANTINS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS  
ADM. 2017/2020

Procuração específico contendo referências quanto ao órgão licitante, modalidade de licitação com seu respectivo número de registro, bem como, seu objeto;

2.3 – Caso o interessado protocole antecipadamente os envelopes junto à Comissão de Licitação ou mediante envio via correios, o mesmo deverá apresentar neste ato carta de apresentação ANEXO VI. Neste caso, tendo e vista a ausência física do interessado, a íntegra da Ata estará disponível no mural de publicações logo após o encerramento da sessão;

2.4 – Em todos os casos os interessados deverão apresentar:

a) Declaração de que atende inteiramente as exigências do edital e cumprem os requisitos de habilitação. Anexo VII

2.5 - Uma vez aberto recebido os envelopes e transcorrido o horário previsto no preâmbulo deste Edital, não serão mais aceitos novos participantes no certame.

2.6 - Cada representante poderá representar apenas um interessado.

2.7 - Os documentos referidos nos itens 2.2, 2.3 e 2.4, deverão ser apresentados fora dos envelopes.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

3.1 – Deverão ser apresentados no horário e endereço estabelecidos nos preambulo deste Edital, em envelopes lacrados e não transparentes contendo nome e endereço do licitante e o seguinte sobrescrito:

#### ENVELOPE 1 –

REF.: PROCEDIMENTO - CONVITE - N: 001/2018/FMAS

"DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

AO MUNICIPIO DE ALIANÇA DO TOCANTINS

A/C: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

NOME DA(O) PROPONENTE:

CNPJ/CPF N°

END.

#### ENVELOPE 2 -

REF.: PROCEDIMENTO - CONVITE - N: 001/2018/FMAS

"PROPOSTA COMERCIAL"

AO MUNICIPIO DE ALIANÇA DO TOCANTINS

A/C: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

NOME DA(O) PROPONENTE:

CNPJ/CPF N°

END.

3.2 - Inicialmente, será aberto o Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO – e, após o Envelope 02 – PROPOSTA COMERCIAL.

3.3. - As propostas deverão ser apresentadas em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras e entrelinhas, datadas, identificadas e assinadas na ultima folha.



P.M. ALIANÇA-TO  
Fis Nº 016

ESTADO DO TOCANTINS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS  
ADM. 2017/2020

---

- 3.4 - Não serão aceitas documentação e proposta enviadas por telex, fac-símile ou outro meio reprográfico que descaracterize o sigilo da Licitação;
- 3.5 - Os envelopes entregues fora da data e horário limite de apresentação serão devolvidos aos licitantes nas mesmas condições em que foram recebidos;
- 3.6 - Fazer menção ao número deste Procedimento - CARTA CONVITE e conter a razão social da licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de fax e, se houver, e-mail, e o respectivo endereço com CEP no caso de pessoa jurídica e nome, CPF, telefone e endereço completo no caso de pessoa física.
- 3.7 - Preço (s) unitário(s)/mensais e total(is) proposto(s) para o(s) objeto(s) ofertado(s), expressos em reais;
- 3.8 - Prazo de início da prestação dos serviços será imediato à contratação e retroagirá ao início do mês de fevereiro para as escriturações necessárias e demais procedimentos.
- 3.9 - Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos, conforme Art. 64, §3º da Lei n. 8.666/93.

#### 4. DA SESSÃO DO PROCEDIMENTO – CONVITE

- 4.1 - A sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação exigida e a proposta de preço será realizada no local, data (caso seja feriado local fica automaticamente prorrogada para o próximo dia útil subsequente) e horário indicados no preâmbulo deste Edital, sendo recomendável a presença dos participantes com 10 (dez) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para a sua abertura, especialmente quando necessária a autenticação de documentos, e desenvolver-se-á da seguinte forma:
- 4.2 - Declarada aberta a sessão, serão convidados os interessados ou seus representantes que se fizerem presentes para apresentarem junto à mesa os documentos necessários à representação/identificação, bem como, serão apresentados aos participantes presentes eventuais envelopes protocolizados anteriormente junto à Comissão de Licitação.
- 4.3 - Em seguida serão anunciados os interessados presentes ou legalmente representadas, bem como, aqueles que optaram pelo protocolo prévio, colhendo as assinaturas dos presentes nos envelopes e procedendo as aberturas dos envelopes 1.
- 4.4 - Após abertos os envelopes contendo a documentação serão classificadas para a fase seguinte os habilitados;
- 4.5 - Os habilitados deverão submeter-se à abertura do envelope 2, proposta comercial. No caso de empate será procedido sorteio;
- 4.6 - Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço global pela execução do objeto e classificada as demais licitantes de acordo com o menor preço;
- 4.7 - Constatado o atendimento pleno às exigências do edital, a proponente será declarada vencedora;
- 4.8 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, ao final assinada pela CPL e licitantes presentes, facultada a assinatura de ouvintes, na qual serão registrados todos os fatos relevantes da sessão. A mesma será disponibilizada aos interessados ausentes no mural de publicações logo após a sessão, iniciando assim o prazo recursal nos termos deste Edital.



P.M. ALIANÇA-TO  
Fis Nº 017

ESTADO DO TOCANTINS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS  
ADM. 2017/2020

---

## 5 - DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE JULGAMENTO

5.1 – A comissão avaliará e julgará todos os documentos e propostas, de acordo com a metodologia e critérios a seguir estabelecidos:

- a) Será considerado(a) vencedor(a), o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Procedimento - CONVITE e ofertar o menor preço global para a execução do objeto desta.
- b) Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste ato convocatório, ou que apresentem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis (Lei 8.666, art. 44);

## 6 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

6.1 - Até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital.

6.2 - Caberá a CPL decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

6.3 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

6.4 - A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento de execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena prevista na legislação pertinente.

6.5 - Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.666/93.

## 7 – DOS RECURSOS

7.1 - Declarado a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 02 (dois) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo de recorrer, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos.

7.2 - A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

7.3 - Os recursos deverão observar:

- a) quanto à sua interposição, o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da manifestação de sua intenção de recorrer, registrada em ata;
- b) a forma escrita, com a assinatura do licitante ou seu representante legal;
- c) a legitimidade e o interesse recursais;
- d) a fundamentação.

7.4 - O Recurso contra decisão da CPL não terá efeito suspensivo.



P.M. ALIANÇA-TO  
Fls Nº 018

ESTADO DO TOCANTINS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS  
ADM. 2017/2020

7.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.6 - Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

#### 8 - DOS PREÇOS

8.1 - Os preços propostos deverão expressar o valor UNITÁRIO DO ITEM E AO FINAL O PREÇO TOTAL/GLOBAL, devendo ser discriminados pelo licitante em sua proposta para os itens constantes do objeto desta Licitação e deverão ser contados em Reais (R\$).

8.2 - Em caso de discrepância entre o preço unitário e do preço total, prevalecerá o preço unitário, sendo corrigido o preço total;

#### 09 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1 - Os recursos financeiros destinados ao pagamento do objeto a ser contratado, em decorrência deste processo licitatório, correrão a conta da seguinte dotação orçamentária e elemento de despesa:

Dotação Orçamentária:	03.07.08.244.0011.2037
Elemento de despesa:	3.3.90.39 79

#### 10 - DO PRAZO E CONDIÇÃO PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

10.1 - Se a licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á sanção disposta na legislação pertinente.

10.2 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar à contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93;

10.3 - Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública, por período de até 5 (cinco) anos.

10.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei n. 8.666/93.

10.5 - Caso a licitante declarada vencedora se recuse a assinar o contrato, ser-lhe-á aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pelo órgão licitante.

10.6 - Expirado o prazo proposto para a entrega do objeto, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 1 % (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do Contrato.





P.M. ALIANÇA-TO  
Fls Nº 019

ESTADO DO TOCANTINS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS  
ADM. 2017/2020

10.7 - A multa prevista neste item será aplicada até o limite de 10 % (dez por cento), o que não impede a critério do órgão licitante a aplicação das demais sanções a que se referem os demais itens acima.

10.8 - Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título também cabem recursos, a serem interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato, observando, no que couber, as regras do item 7.3 do presente Edital.

### 11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Instrumento Contratual, conforme determina o Artigo 65, parágrafo primeiro da Lei 8.666/93.

11.2 - O presente poderá ser prorrogado por igual e sucessivo período, durante a gestão atual, com base no inciso II e § 2º do art. 57 da Lei 8.666/93.

11.3 - Os interessados, ao participarem deste processo licitatório, devem declarar conhecer e estar de acordo com todas as condições e especificações deste ato convocatório;

11.4 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Procedimento - CONVITE, nos termos do art. 41 da Lei 8.666/93 e os recursos administrativos serão regidos de acordo com o artigo 109 da Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações;

11.5 - A CPL ou à Autoridade Superior é facultada, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

### DOS ANEXOS

São partes integrantes deste PROCEDIMENTO - CONVITE, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Declaração de Idoneidade

Anexo III – Declaração autenticidade de documentação

Anexo IV – Declaração Negativa de fatos impeditivos à habilitação

Anexo V – Declaração do art. 7º da Constituição Federal, inciso XXXIII

Anexo VI – Carta de Apresentação de Envelopes – Concorrentes Ausentes

Anexo VII – Declaração de Concordância com o Edital

Anexo VIII – Modelo de Proposta

Anexo IX – Minuta do Contrato

ALIANÇA DO TOCANTINS-TO, 03 dias do mês de janeiro do ano de 2018.

  
RICARDO TAVARES BATISTA  
MEMBRO

  
CLARICE MOREIRA DE SOUZA  
PRESIDENTE

  
POLLIANA GUIDA DE OLIVEIRA  
MEMBRO